

6. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

a)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, para a execução da obra denominada **“Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Trabalhos Complementares – Lamações”**, no montante de **1.644,67 €**;

b)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **Freguesia de Tadim**, para a execução da obra denominada **“Drenagem por gravidade do Auditório da Sede da Junta de Tadim”**, no montante de **17.172,00€**, com IVA incluído;

c)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Este (S.Pedro e S.Mamede)**, para a execução da obra denominada **“Reconstrução de muro na Rua da Granja”** no montante de **16.556,01 €**.

d) Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de St^a. Lucrecia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada **“Alargamento de Curva - Rua do Castelhão ou Monte - St^a. Lucrecia”**, no montante de **8.579,64 €**.**

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MARIA GORETI SÁ MALA DA COSTA MACHADO intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÃES**, pessoa coletiva de direito público nº 510 838 260, com sede na Rua do Agrelo, nº 17, 4715-156 Braga, adiante designada por **União das Freguesias**
Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na **União das Freguesias**, em virtude

de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União das Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de -----de 2016 e pela Assembleia da União das Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações**, em sessão de -----de 2016 sob proposta da respetiva aprovada em reunião da União das Freguesias de -----de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na União das Freguesias de **NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÕES**, para a execução da obra denominada “**Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Trabalhos Complementares - Lamações**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso, na rubrica “Outros”.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **1.551,57€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 93,09€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 1.644,67€ (com IVA incluído)**, por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **União das Freguesias**

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **União das Freguesias**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à .

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **União das Freguesias** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **União das Freguesias**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **União das Freguesias**, os seguintes relatórios:

a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

União das Freguesias deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **União das Freguesias**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **União das Freguesias**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº-----correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **União das Freguesias**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em 5 de Fevereiro de 2016 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em 6 de Novembro de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 03 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

A Presidente da União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações

REQUISIÇÃO : 2016016/138 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-06-07

2277

NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES
RUA DO AGRELO, N° 17
NOGUEIRA
4715-156 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510838260

Braga, 2016-06-07

Cabimento: 2016016/138 a 2016-06-07

(EUR)									
Código de	Data de	Designação			U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A. Valor
44531174	2016-06-07	ÁGUAS	SOLTAS-TRAVESSA	PASCOAL	----	1,000	1644,67000	0	1 644,67
		FERNANDES							
		Data	Órgão	Económica	Dotação		Valor		
		2016-06-07	01	0805010202	3 286 903,30		1 644,67		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	1 644,67
			Valor IVA	0,00
			Valor total	1 644,67

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão



NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º I/13/DAF/2016

Assunto: Águas soltas na travessa Pascoal Fernandes- Lamações
Trabalhos complementares

Freguesia: UF de Nogueira, Fraião e Lamações

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>De acordo com a informação da Sr.ª Eng.ª Maria João e do Eng. Miranda, em anexo, no decorrer da obra "Águas soltas na travessa Pascoal Fernandes- Lamações", houve necessidade de se fazer trabalhos complementares, no valor de 1.644,67€ com IVA, resultante do ajustamento do projeto ao local da obra.</p> <p>Para colmatar esta situação torna-se necessário abrir novo procedimento, um contrato Interadministrativo para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 17 de Maio de 2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Procede em conformidade com o despacho do Sr. Vice-Presidente.</p> <p>20.05.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>À Sr. Eng.ª Miranda - Justifica o aumento orçamental, elaborado em relatório</p> <p>23/05/2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>Pelo que se infere da análise ao presente processo, estamos em presença de trabalhos a mais que ultrapassam 50% do valor global da obra, quando é dito que, em obra, haveria um ajustamento que resultaria num acréscimo ligeiro do seu custo. É propósito deste executivo evitar, até à exaustão, a existência destas situações de trabalhos a mais.</p> <p>Assim sendo, julgo de remeter o projeto à DEPM para que o autor do mesmo preste os devidos esclarecimentos.</p> <p>À consideração superior. 18.05.2016</p> <p>Despacho do Sr. Vereador <i>[Signature]</i></p> <p>Faço os elementos em presença, solicite-se junto de DEPM relatório justificativo do acréscimo orçamental em apenso para a obra supra identificada.</p> <p>V.º Nuno 18 Maio 2016 De acordo com o protocolo em conformidade. V.º Nuno 31 Maio 2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>À 56 Excmo.</p> <p>16.06.16</p> <p><i>[Signature]</i></p>

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIAS DE TADIM

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MANUEL PEREIRA DE FARIA intervindo em representação da **FREGUESIAS DE TADIM**, pessoa coletiva de direito público nº 507 007 239, com sede na Rua Dr. Guilherme Braga da Cruz, nº 2, 4705-671 Tadim, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na **FREGUESIA**, em virtude de se

encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Tadim** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de __ de ____ de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de __ de ____ de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Freguesia de **Tadim**, em sessão de __ de ____ de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de __ de ____ de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE TADIM**, para a execução da obra denominada “**Drenagem por gravidade do Auditório da Sede da Junta de Tadim**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

- 1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **16.200,00€ à qual acresce 972,00€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 17.172,00€ com IVA incluído**, por conta da delegação efetuada.
- 2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

- 1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.
- 2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

FREGUESIA deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e

por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;

b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em __de____de2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ____de ____de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 13 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Freguesia de Tadim

REQUISIÇÃO : 2016016/158 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-06-14

10656

FREGUESIA DE TADIM
RUA DR.GUILHERME BRAGA DA CRUZ, N.º2
BRAGA
4705-671 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 507007239

Braga, 2016-06-14

Cabimento: 2016016/158 a 2016-06-14

(EUR)

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor
691362	2016-06-14	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS						
		P/DELEG.COMP		1,000	17172,00000	0		17 172,00
		Data Órgão Económica	Dotação		Valor			
	2016-06-14	01 0805010202		2 385 890,50		17 172,00		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	17 172,00
			Valor IVA	0,00
			Valor total	17 172,00

Observações:

DRENAGEM POR GRAVIDADE DE AUDITORIO DA SEDE DA JUNTA DE TADIM

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



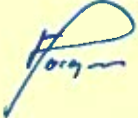

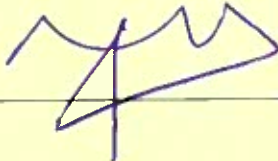
BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/8786/2016

Assunto: Drenagem por gravidade do auditório da Sede da Junta de Tadim.

Freguesia: Junta de Freguesia de Tadim

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A Junta de Freguesia de Tadim apresenta três orçamentos para a execução da drenagem por gravidade do auditório da Sede da Junta de Tadim.</p> <p>Após avaliação dos mesmos e após visita ao local, verifico que o proposto nos referidos orçamentos só inclui os trabalhos de perfuração. Para completar o referido trabalho torna-se necessário recolher e conduzir as águas provenientes da perfuração e todos os trabalhos prévios acessórios para executar a obra pretendida.</p> <p>Perante este cenário, proponho que se faça um conjunto de trabalhos conforme mapa de medições e orçamento em anexo, que acarreta um custo de 17.172,00€ com IVA incluído.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um contrato Interadministrativo para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 13 de Junho de 2016</p> 	<p>Concordo com a informação do Coordenador da DAF. Na verdade, é inevitável drenar a água que nasce na zona dos camarins do auditório da Sede da Junta de Freguesia de Tadim que, por falta de drenagem, o seu nível de acumulação chega já à 1ª planta desse piso. Deixei a possibilidade da situação, já que encontraria a solução técnica ideal a qual deveria merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia, através de um contrato interadministrativo.</p> <p>A Consideração Superior. 13.06.2016</p> <p>Despacho do Sr. Vereador </p> <p>Tudo em vista a condução do Auditório de JF de Tadim e de modo a solucionar uma problemática e prever a obra com o acumular de água existente no interior do edifício, com origem nas águas pluviais/outras, torna-se imperativo adotar um sistema para este problema sendo o proposto a melhor solução para este problema, pelo que se pede a aprovação pelo Sr. Vereador e pelo Presidente da C. U. de Braga e de</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>Submetido à apreciação da Executiva Municipal.</p> <p>João Dias 13 julho 2016.</p> <p>Ass. do Excmo. 16.06.16</p> 

SR016

01/08-05.01 0702 -

10656

A 25 de Junho. 16.06.15



**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIA DE ESTE (S.PEDRO E S.
MAMEDE)**

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MANUEL ANTÓNIO VEIGA DE CARVALHO intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE (S.PEDRO E S. MAMEDE)**, pessoa colectiva de direito público nº 510 836 631 com sede na Rua da Junta de Freguesia nº 5 Este S. Pedro 4715-449 Braga adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - **O MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **UNIÃO DE FREGUESIAS DE (ESTE S. PEDRO E S. MAMEDE)** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ____ de ____ de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de ____ de 2016 e pela Assembleia da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)** em sessão de ____ de ____ de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de ____ de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)** para a execução da obra denominada **“Reconstrução de muro na Rua da Granja”**, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de **15.618,88€ à qual acresce 937,13€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 16.556,01€** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar o **MUNICÍPIO** da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos

requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em 02 de Junho de 2015 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em 02 de Junho de 2015.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 15 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da União de Freguesias Este (S. Pedro e S. Mamede)



BRAGA
Município

Pagos Javon
claro fecho

REQUISIÇÃO : 2016016/164 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-06-15

2270

ESTE(SÃO PEDRO E SÃO MAMEDE)
RUA DA JUNTA DE FREGUESIA, Nº 5
BRAGA
4715-449 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510836631

Braga, 2016-06-15

Cabimento: 2016016/164 a 2016-06-15

(EUR)									
Código de	Data de	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor	
Produto/Conta	Entrega								
691362	2016-06-15	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS							
		P/DELEG.COMP		1,000	16556,01000	0		16 556,01	
		Data Órgão Económica	Dotação		Valor				
	2016-06-15	01 0805010202	2 236 499,82		16 556,01				

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	16 556,01
			Valor IVA	0,00
			Valor total	16 556,01

Observações:
RECONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DA GRANJA

Condições de pagamento :
Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE S^{ra}. LUCRÉCIA DE
ALGERIZ e NAVARRA**

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MÁRIO JOSÉ REIS VIEIRA, intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE S^{ra} LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA**, pessoa colectiva de direito público nº 510 839 541 com sede na Av. S. Tiago nº2, 4710 – 741 S^a Lucrécia de Algeriz adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **UNIÃO DE FREGUESIAS DE Sª LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de -----de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de -----de 2016 e pela Assembleia da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE Sª LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA** em sessão de -----de 2016 sob proposta da respetiva União de Freguesias aprovada em reunião de -----de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **UNIÃO DE FREGUESIAS DE Sª LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA** para a execução da obra denominada “Alargamento de Curva – Rua do Castelhão ou Monte – Sª Lucrécia”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de **8.094,00€ à qual acresce 485,64€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 8.579,64€ por conta da delegação efetuada.**

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos

requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº ----- correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de 2016 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 15 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da União de Freguesias de Stª Lucrécia e Navarra



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/165 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-06-15

2280

SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA
AV. DE SÃO TIAGO
BRAGA
4710-750 SANTA LUCRECIA ALGERIZ
PORTUGAL

Contribuinte: 510839541

Braga, 2016-06-15

Cabimento: 2016016/165 a 2016-06-15

(EUR)

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
691362	2016-06-15	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	----	1,000	8579,64000	0		8 579,64
		Data Orção Económica	Dotação		Valor			
		2016-06-15 01 0805010202	2 219 943,81		8 579,64			

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	8 579,64
			Valor IVA	0,00
			Valor total	8 579,64

Observações:

ALARGAMENTO DE CURVA - RUA CASTELHÃO OU MONTE - ST* LUCRÉCIA

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

[Handwritten signature]

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/8963/2016

Assunto: Alargamento de Curva
Rua do Castelhão ou Monte – St.ª Lucrécia

Freguesia: UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>No seguimento do processo E/318/DAF-Secretaria/2012, vem agora a UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra solicitar à Câmara o financiamento para proceder ao alargamento de curva na Rua do Monte, em St. Lucrécia.</p> <p>Para o efeito, a Junta apresenta três orçamentos de empresas da área de Construção, sendo o valor mais baixo de 8 579,64€ com IVA incluído e que se considera aceitável.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um contrato Interadministrativo para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 14 de Junho de 2016</p> <p><i>Forquim</i></p> <p>Ao Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do Contrato Interadministrativo respetivo. 15.06.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter a de para cabi- mentar e submeter à reunião do executivo. 15.06.2016 <i>[Assinatura]</i></p>	<p>A obra em apreço está contem- plada no Plano 2016 do Município. A sua execução vem colmatar um problema antigo que ficou pendente por dificuldades de negociação do ter- reno necessário para o efeito. Nestes termos, julgo ser merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de St.ª Lucrécia e Navarra, a- través de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo. À consideração superior. 14.06.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Tudo se de um ato previsto — Plano 2016, devendo propor-se contrato interadministrativo a estabelecer com a UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra e o submeter à próxima reunião do Executivo Municipal para sua execução. V.º do Sr. V. 14 Junho 2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>Ao Excm.º Aníbal 16.06.16 <i>[Assinatura]</i></p>